

ZELJKO LOPARIC, professor titular de filosofia na UNICAMP, fundador e professor permanente do Curso de Especialização em Fundamentos Filosóficos da Psicologia e da Psicanálise - FFPP, na mesma Universidade, professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, PUC/SP

A psicanálise tradicional, desde Freud até Melanie Klein, só concebia um único acesso à realidade: a representação. A divisão da realidade em psíquica e material refletia os dois principais modos de acessamento representacional de objetos: um, via alucinação e fantasia, de acordo com o princípio de prazer; o outro, via percepção e pensamento, com respaldo no princípio de realidade. Uma outra divisão da realidade, na interna e externa, repousava sobre a oposição clássica entre a representação do eu e do não-eu, ou seja, do "exterior interno" e do "exterior externo". Nos dois casos, o que estava em questão não era a constituição do psíquico ou do material, da internalidade ou da externalidade, como sentidos diferentes do real, mas apenas a distribuição dos objetos em espaços distintos de dados, discriminados apenas pelas formas de um mesmo e único tipo de *dadidade*: a *representabilidade*.

A partilha de objetos em bons e maus tampouco se valia da diferença no sentido da realidade, ou, para falar com Heidegger, no *sentido do ser*, mas tão somente da relação

afetiva (pulsional) de aceitação ou não aceitação, por parte do sujeito, dos objetos dáveis na representação.

O lactante, ele próprio, era concebido como dado na mesma grande realidade objetiva, familiar aos adultos saudáveis e sérios, bem como aos psicanalistas. O estudo do lactante reduzia-se ao exame do conflito pulsional, supostamente ocorrendo no exterior interno, e do seu reflexo no exterior externo (relações de projeção e de introjeção).

Falava-se, bem entendido, em desenvolvimento das relações objetais, da passagem da fantasia à percepção, no domínio representacional, da substituição do amor e ódio iniciais por atitudes "sublimadas", no domínio pulsional. A diferença estava, de novo, no *tipo* de relacionamento, mais precisamente, no *progresso* do relacionamento com os objetos (representação mais "correta", atitudes mais "construtivas") e não no *sentido da realidade* destes. Os objetos, tanto psíquicos como materiais, tanto internos como externos, eram concebidos existir num único sentido: o da objetividade relativa a uma subjetividade representacional.

Dessas observações segue-se uma conclusão importante: os fundamentos da psicanálise tradicional, pertencem, todos eles, à *metafísica* da modernidade. Na metafísica pós-cartesiana o sentido da realidade do real é, como observa Heidegger, um só: a presença constante representável.

Um dos interesses filosóficos de Winnicott é justamente o de ter rejeitado essa metafísica da psicanálise. Em Winnicott, o acesso representacional ao objeto passa a ser

considerado como *derivado* e *fundamentado* em modos de acesso menos "realistas", mais "brincalhões", porém, nem por isso menos significativos para a vida humana. As duas divisões de realidade (em psíquica e material, em externa e interna), não são dadas por pressupostas, mas consideradas como adquiridas. O bom e o mal nos objetos não são projeções do conflito pulsional real, mas, na origem, expressão do "encontro" bem ou mal sucedido entre objetos e "expectativas" do lactante. Tudo se passa, portanto, como se, em Winnicott, a realidade, tanto a do objeto como a do sujeito, estivesse posta em questão, como se o real em geral deixasse de ser acessível, dável, de uma maneira unívoca.

Tentemos explicar melhor essa idéia. No início da vida humana, os objetos reais não estão lá para serem representados e amados ou odiados, isto é, acessados por relações cognitivas e apetitivas. Essas relações pressupõem, diz Winnicott, *mecanismos mentais* de que um lactante não dispõe. Tais mecanismos precisam primeiro ser amadurecidos e, para tanto, o lactante deve desenvolver, anteriormente, uma outra capacidade: a *relação de uso* com o objeto, isto é, a capacidade de *brincar*. Antes disso, o bebê precisa ainda viver a experiência de *ser idêntico* ao objeto.

De que experiência se trata? Do *sentimento de realidade* (*feeling of real*), que precede qualquer separação entre sujeito e objeto. Da *relação ao ser*, anterior à ação e à representação, em que o sujeito é, imediata e atemporalmente, o seu objeto (seio, mesa, cadeira), no

sentido de ter controle total sobre o objeto, sem que isso tenha qualquer conotação pulsional (1971, p. 93). Essa é a experiência-base do ser, do "eu sou", que tem que preceder, como condição de possibilidade, tanto o "eu represento" como o "eu faço" ou "eu ajo".

Brincar é o modo paradigmático do fazer originário (1961, p. 152). Qual é a sua estrutura? Não a de representar, mas a de um *viajar*, sem sair de si, de um *transitar*, dentro de si, de um *acontecer*, em si mesmo, de um *temporalizar-se*, a partir de si mesmo. Viajar de onde para onde? Não de um objeto ao um outro objeto, mas de um *sentido de realidade* ao outro. A saber, da *experiência* imediata da realidade *subjetiva* não temporalizada e não espacializada, à *experiência*, mediatizada representacionalmente, da realidade *externa objetiva*, datada e cronometrada, passando, antes disso, pela *experiência paradoxal*, concomitantemente imediata e mediatizada, da realidade *transicional*: realidade de objetos criados e encontrados no espaço e tempo do brincar.

Posterior à experiência de identificação, o brincar, como acesso à realidade, é, com efeito, mais *primitivo* do que a representação. Isso se depreende do fato de esse modo de ser do lactante só poder realizar-se no *espaço próprio*, chamado de *potencial*, no "entre", concomitantemente *espacial e temporal*. Esse espaço-tempo difere do da representação por um traço essencial: ele não é um exterior, interno ou externo, mas um componente do ser (*being*) do bebê. O

lactante não está "no" espaço-tempo potencial, no sentido em que se diz que uma árvore está no jardim, num momento. Parte constituinte do lactante enquanto "criatura viável", condição do brincar, o "entre" não é, contudo, um receptáculo *ready made*. Paradoxalmente, de novo, ele amadurece *durante* as experiências de criar que possibilita, no *tempo* do brincar.

Em resumo, antes de poder ser *representado*, seja na fantasia, seja na percepção, como um dado no espaço-tempo compartilhados, antes de poder ser *catexizado*, antes de poder ser um objeto no sentido de objetividade, o objeto subjetivo inicial, atemporal e não espacial, deve ser *experienciado*, isto é, *espacializado* e *temporalizado* como objeto transicional num *processo circular* de constituir e de ser constituído.

A cada um dos três *modos de acesso* ao objeto aqui discriminados corresponde um *modo de presença* ("realidade") do objeto. Os objetos subjetivos, dados na experiência da identificação imediata, *existem* como presenças incondicionais, ainda *não datadas* nem *espacializadas*. Não podendo ser perdidos, nem precisando ser esperados, esses objetos se manifestam como totalmente submetidos ao poder do bebê. Os objetos transicionais do espaço-tempo potencial, acessados no brincar, são presentes de maneira diferente, paradoxal, derivável do modo de espacialização e de temporalização do brincar: por um lado, manifestam-se como criações sempre factíveis ou repetíveis à vontade e, nesse

sentido, atemporais e não espacializados; por outro lado, eles têm o sentido de achados advenientes, resistentes à onipotência, precários, e, por isso, temporais e externos. Quanto aos objetos do mundo externo, dados na representação, eles não são nem disponibilidades atemporais internas, nem suportes transientes, mas presenças sólidas, independentes, dadas no espaço-tempo intersubjetivamente compartilhado.

Como se vê, os objetos acessáveis ao ser humano diferem entre si em termos espaço-temporais. Essas diferenças, que correspondem aos modos de espaço-temporalização das vias de acesso, não devem ser entendidas como determinações de objetos eles mesmos, base para novas classificações destes, mas como determinações do *modo de realidade* de objetos. Aqui o pediatra se torna, sem querer, um pensador do múltiplo sentido espaço-temporal do ser, um filósofo.

Não apenas a presença dos objetos, também a realidade do sujeito foi submetida a uma revisão que, por vezes, ficou apenas acenada. O jogo realista das forças pulsionais antagônicas cede lugar a um *acontecer* de tipo totalmente distinto. O existir do lactante humano não é algo *dado*, desde o nascimento, mas é algo que também precisa ser *integrado*, com o *espaço-tempo*. Para tanto, faz-se necessário uma *ambiência* favorável, sem a qual o lactante nunca poderá sair do não-ser (*not-being*). Todo ser humano torna-se "fato" que toma o lugar (*replaces*) do não-ser (1963a, p. 191). Esse modo de *acontecer* não elimina, apenas afasta o não-ser. Atrás das múltiplas defesas de que se constitui o existir

do adulto, tanto dos sãos como dos doentes, jaz, à distância, a memória do seu não-existir, memória não explícita, nem mesmo explicitável, mas nem por isso menos "constitutiva" (1963b, p. 95).

De que não-ser se trata aqui? De um não-ser que já *tem sido*, antes de mesmo de existir o ente para quem poderia acontecer; um não-ser que *ainda não* foi experienciado, mas que, paradoxalmente, ainda espera, urge, para tornar-se presente. "Uma coisa" ao mesmo tempo passada e futura que se torna assunto de aqui e agora, sem, entretanto, jamais poder tornar-se presença plena (1963b, p. 90-91).

Esse modo de se integrar no espaço-tempo faz com que, em cada ser humano, fica preservado um núcleo que não *pode*, nem mesmo *deve*, entrar em *comunicação* com a realidade externa nem ser *influenciado* por esta (1963a, p. 187).

Winnicott chega a dizer que cada homem se constitui de um "si mesmo central /*central self*/ não comunicante, para sempre *imune ao princípio de realidade*, e para sempre silencioso" (1963a, p. 192, meus grifos).

Para um leitor de Heidegger, essas posições de Winnicott têm um forte sabor familiar. Heidegger ensina que o ser se diz de diferentes maneiras, que o sentido fundamental do ser é o da presença e que, tanto na vida individual como na história coletiva do Ocidente, dominada pela metafísica, o sentido predominante da presença é a *constância*, sentido de terminado no horizonte do tempo.

Na sua primeira fase (1927), Heidegger diz, ainda, que a constância tem dois sentidos totalmente diferentes, um originário e, em geral, encoberto, e um outro secundário, manifesto e encobridor. No primeiro sentido, as coisas constantes são presenças "à vista", no segundo, realidades "à mão" (instrumentos). As coisas "à vista" são acessadas via representação externa compartilhada e as "à mão" via "compreensão" instrumental, capaz de dirigir o *manuseio*, o uso prático das coisas. Quanto aos caracteres do bom e do mal nos objetos, eles não dividem os objetos em função de um conflito pulsional inato ao sujeito, mas refletem ímpetos derivados do *cuidado* que o homem tem que ter para com o seu próprio existir e, por conseguinte, com o existir em geral. O homem *tem* que cuidar do seu estar-aí-no-mundo, do seu ser-o-mundo, e do existir de todas as coisas intramundanas por ser um ser-para-a-morte, isto é, um "tempo-ser" *circular*, não dado na previsão por representação e sim na antecipação angustiada da possibilidade futura do não-ser, possibilidade da impossibilidade que, embora não explicitada, desde sempre já esteve aí. Por ser um cuidado para com o ser, num presente casual, espremido entre um futuro ameaçador e uma herança questionável, o estar-aí-no-mundo do homem não tem o sentido de *presença constante*: o homem existe como *acontecência finita*, num sentido temporal distinto da constância, potencialmente infinita, de objetos "à vista" e dos objetos "à mão".

Na sua segunda fase (depois de 1936), Heidegger substituirá o tempo como o horizonte último do sentido do ser e passara em falar de um "tempo-espaço" finito, também não representacional, como sendo o lugar originário da abertura do homem ao ser.

Salta aos olhos que existem paralelos entre a "experiência do ser" winnicottiana e a "compreensão do sentido do ser" ou da "abertura ao ser" heideggeriana, entre o "entre", o espaço-tempo, de Winnicott e o "tempo-espaço" de Heidegger. Um grande terapeuta teria se aproximando, sem saber, de um dos maiores pensadores do século? A hipótese parece sedutora: ela abre a possibilidade de se reconhecer, na teorização de Winnicott sobre a precariedade do real originário só acessível no uso, uma aliada teórica de um pensamento que, como o de Heidegger, opôs a finitude do ser à presença constante representável da metafísica tradicional.

O próprio Winnicott encorajou tais aproximações. Ele reconheceu, certa vez, que as suas descobertas relativas à transitoriedade do ser humano foram freqüentemente antecipadas por "poetas e filósofos" (1965, p. 119). Por que não tentar examinar, então, e essa é a minha pergunta para vocês, até que ponto Winnicott e Heidegger visam o mesmo quando um fala da realidade e o outro do ser e da presença?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HEIDEGGER, Martin 1927: *Sein und Zeit*. (Trad. bras.: *Ser e tempo*, Petrópolis: Vozes.)
- WINNICOTT, Donald W. 1963a: "Communicating and Not Communicating Leading to a Study of Certain Opposites", em WINNICOTT 1985, pp. 179-192.
- 1963b: "Fear of Breakdown", em 1989, pp. 87-95.
- 1965: "The Psychology of Madness: A Contribution from Psycho-Analysis", em WINNICOTT 1989, pp. 119-129.
- 1971: *Playing and Reality*. Londres: Penguin Books.
- 1985/1965/: *The Maturation Processes and the Facilitating Environment*. Londres: The Hogarth Press.
- 1989: *Psycho-Analytic Explorations*. Londres: Karnac.